

CNBB debate estratégias para o 2º turno

DERMI AZEVEDO

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as entidades que integram o plenário Pró-Participação Popular na Constituinte estarão reunidas, em Brasília, para debaterem estratégias conjuntas para a fase final dos trabalhos do Congresso constituinte, quando só serão permitidas emendas supressivas. O encontro, que se estenderá de amanhã até o dia 12 próximo, será realizado no auditório Petrônio Portela, no Senado Federal.

A conferência episcopal estará representada pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, coordenador da Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da qual também participam o ex-presidente da CNBB e

^{ANC P5}
bispo de Santa Maria (RS), d. Ivo Lorscheiter, seu colega de Afogados da Ingazeira (PE), d. Francisco Austregésilo Mesquita Filho e o arcebispo de Uberaba (MG), d. Benedito Ulhoa Vieira. Com base nos debates desta semana, a CNBB decidirá se fará lobby junto aos 120 parlamentares de todos os partidos com os quais se comunica regularmente —dentre os quais congressistas como Jorge Arbage (PDS-PA), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Mário Covas (PMDB-SP)— para que sejam canais de emendas supressivas ao novo texto constitucional.

Além da própria conferência episcopal, os principais lobbies da Igreja Católica junto ao Congresso constituinte são formados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) —que garantiu a infra-estrutura para que 100 representantes de 30 povos indígenas atuassem no Con-

gresso durante a votação sobre povos indígenas—, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas Pastorais da Criança e do Menor. Estas pastorais atuam, desde o início dos trabalhos constituintes, unidas a outras entidades da sociedade civil brasileira.

Aborto

Segundo d. Cândido Padin, 71, os possíveis objetos de pressão da Igreja na fase final constituinte podem ser, por exemplo, os artigos sobre a família, reforma agrária e educação. “Não concordamos com o artigo da família por não reconhecer a constituição familiar pelo casamento, o que significa renunciar à responsabilidade do homem e da mulher neste plano”, diz o bispo de Bauru. “Não se pode pretender igualar uma situação de fato de convivência homem-mulher com a

figura da família, que assume sua tarefa formativa.”

Do mesmo modo, a Igreja entende que questões como o divórcio e o aborto só cabem na legislação ordinária e não na nova Carta. Quanto à reforma agrária, a Igreja considera que “sofreu um golpe mortal” na votação do capítulo 3 do Título VII —sobre “Política agrária e fundiária e da reforma agrária”. A CNBB debaterá, portanto, com seus assessores, como remediar a derrota de sua proposta neste campo.

Depois de promulgada a nova Constituição, a CNBB continuará mobilizada —no seu próprio âmbito e também em conjunto com outras entidades da sociedade civil— para a apresentação de propostas para a legislação ordinária e para a elaboração das Constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.